



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

ATA N.º 4/2019

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas e quinze minutos em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período para intervenção do público.

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia:

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente;

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para o Município;

PONTO DOIS PONTO TRÊS: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à Ata n.º 2 da Sessão Ordinária de 22 de fevereiro de 2019;

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apreciação e Votação da Proposta de Documentos de Prestação de Contas 2018 e de Inventário 2018 dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município;

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Proposta de 1ª Revisão ao Orçamento de 2019 (1ª Revisão ao Orçamento da Receita da Despesa, do Plano Plurianual de Investimento e do Plano de Atividades Municipais);



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Acordo de Delegação de Competências entre o Município de Borba e a CIMAC;

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal;

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Aprovar a Aplicação do Resultado Líquido de Exercício do ano.

Tendo presente o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro lavra-se a presente ata.

A Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão, desejou boa noite a todos os presentes.

Seguidamente, solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Célia Maria Matos Alpalhão; Joaquim Maria Godinho Veiga; José Joaquim Figueiredo Banza; Paulo Jorge Ramos Ferreira; Paulo Vicente Ramos Mendanha; Augusto Manuel Bilro Guégués; Luis José Alves Alexandre; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Carlos Manuel Ganito Bacalhau; Jorge Manuel de Oliveira Pinto; Nelson Joaquim Gomes Gato; Virgolino Joaquim Calhau Canhoto; Manuel José Martins Pécurto; Vanda Cristina Branco Godinho; Paulo Manuel Coelho Velhinho; Leonel António Valentim Infante; Francisco António Caeiro Rijo; Maria da Luz de Sousa Lopes Morgado Véstia; Mónica Sofia Generoso Baltazar.

Verificou-se a ausência dos membros: Pedro Manuel Alpalhão Bilro, que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o documento n.º 1) e foi substituído pelo senhor Manuel José Martins Pécurto). João António Ameixa Morgado, que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o documento n.º 2) e foi substituído pela senhora Mónica Sofia Generoso Baltazar.

A Presidente da Assembleia Municipal pediu que se procedesse à tomada de posse do membro substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Orada, Mónica Sofia Generoso Baltazar (PS).

PONTO UM: Período para intervenção do público.

Não houve intervenções.

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia:

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente;



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

O **Segundo Secretário Rui Franco** desejou boa noite a todos os presentes e apresentou um resumo do expediente.

EXPEDIENTE - ENTRADO

- **Email da ANAM**, com respostas emitidas pelo Consultor Jurídico da ANAM às solicitações apresentadas por Presidentes de Assembleias Municipais.
- **Email da ANAM**, com o Regulamento de atribuição de prémios pela Associação Nacional de Assembleias Municipais.
- **Email dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada**, pedir colaboração no envio do n.º de contadores ativos (a 31 de dezembro de 2018) e n.º de clientes de saneamento (a 31 de dezembro de 2018).
- **Email da AMAentejo**, com o conjunto de propostas sobre a revisão do PNPOT – Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território.
- **Email do PCP**, com Projeto de Lei n.º 1180/XIII/4ª apresentado na Assembleia da República que define a **“Estrutura orgânica e a forma de gestão das Áreas protegidas”**.
- **Email da ANAM**, com respostas elaboradas pelo consultor jurídico, às solicitações apresentados pelos Presidentes das Assembleias Municipais.
- **Email do membro Jorge Pinto**, solicitar cópia dos documentos recebidos pelo município e endereçados pelo Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais onde constam o mapa anuais relativos às áreas da saúde e da educação e que correspondem à verba que o Governo se propõe transferir para o município para fazer face a estas transferências.

EXPEDIENTE - EXPEDIDO

- **Ofício ao membro Jorge Pinto**, com a Certidão da Ata n.º 7 da Assembleia Municipal de 21/12/2018.
- **Email ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Borba**, com o pedido efetuado pelo senhor membro Jorge Pinto.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para o Município;

O membro **Augusto Guégués** perguntou porque é que candidatura dos CLDS não tinha sido aprovada. “Era uma candidatura importante para o concelho de Borba, de apoio social, no valor de quinhentos mil euros.”

A membro **Vanda Godinho** desejou boa noite a todos os presentes e disse “(...)”, tinha ficado falado nesta sala, que o executivo ou pelo menos o Presidente e um dos Vereadores, reunir frequentemente, com os Presidentes de Junta. Eu gostaria de saber quantas vezes já reuniram”.

O **Presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes e respondeu às questões colocadas.

Relativamente, à questão colocada pelo membro Augusto Guégués, informou “(...)”, recebemos no dia 24 de abril a informação que a candidatura de Borba tinha sido contemplada”.

Seguidamente explicou todo o processo “(...)” de início, as entidades que entendemos que deveriam contemplar esta candidatura era a Câmara, que seria a entidade gestora, Santa Casa da Misericórdia e Associação Montes Claros. Após contatar a Santa Casa da Misericórdia, a mesma, entendeu não fazer parte desta composição, invocando os seus motivos, ficando a Câmara e a Associação Montes Claros. Posteriormente, saiu a notícia que Borba, Mora e Reguengos tinham ficado de fora das candidaturas dos CLDS. Mas, agora, no dia 24 de abril o Município foi informado que tinha sido contemplado com a candidatura dos CLDS e que a entidade gestora será a Associação Montes Claros e o Município será parceiro (...). Espero que tudo isto seja benéfico para Borba (...)”.

Respondeu ao membro Vanda Godinho “(...)”, as reuniões com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, têm sido feitas de acordo com as necessidades expressas pelos mesmos (...), nós trabalhos de uma forma direta e objetiva”.

A **Presidente da Assembleia Municipal** pediu que constasse em ata que o membro Carlos Bacalhau ocupou o seu lugar na sessão da Assembleia Municipal, às 21:20h, durante a intervenção do Senhor Presidente.

O membro **Nelson Gato** desejou boa noite a todos os presentes e manifestou o seu desagrado por “(...)”, terem ocorrido as cerimónias do vinte e cinco de abril, e pela primeira vez desde que sou membro desta Assembleia, que não recebemos um email, um programa com a indicação das atividades (...). Faltei ao hastear da bandeira, porque só vi o programa no site do Município no dia anterior ao acontecimento. Acho, que ficava bem aos serviços da Câmara, terem enviado aos intervenientes na Assembleia um programa das cerimónias do vinte cinco de abril”.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

Seguidamente, perguntou aos Senhores Vereadores se tinham recebido o programa atempadamente ou se o viram só afixado nas montras das lojas. Ao contrário de Borba, o programa do vinte cinco de abril, de Santiago Rio de Moinhos esteve publicado no site do Município e no Facebook, três semanas antes.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu que iria falar com os serviços, para saber o que tinha acontecido em relação ao envio do programa e à sua divulgação, e assumiu a sua culpa no que tinha acontecido.

O Vereador Benjamim Espiguinha desejou boa noite a todos, e informou que não tinha recebido nenhum programa, e acrescentou "(...) é prática corrente deste executivo. Não é assim que se dignifica as cerimónias do vinte cinco de abril, se o caminho for este, vão por um mau caminho".

Disse/perguntou, ao membro Vanda Godinho, que "(...), as reuniões com os Presidentes de Junta de Freguesia, não incluíam os Vereadores da oposição, certo?"

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), para se dignificar qualquer coisa, é necessário que haja informação, para que as pessoas possam participar (...)".

O membro Carlos Bacalhau desejou boa noite a todos os presentes e perguntou ao executivo "o que é que se passou com a feira do queijo deste ano, pois segundo a voz do povo, foi um fracasso. Porque é que continuamos a ter poucos expositores de queijo? Quando existem vários produtores de queijo no nosso concelho. O que é que se passou para não termos nenhum restaurante de Borba no pavilhão. O que é que se passou com os espetáculos, pois a adesão das pessoas foi pouca. Será que as pessoas não tiveram conhecimento atempadamente do programa?"

Será importante saber o que falhou, porque afinal foi um evento que teve algum investimento e não trouxe ninguém a Borba".

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e respondeu/informou "(...), desde que retomámos o evento da Feira do Queijo/Queijo e Sabores, temos feito um trabalho de uma forma muito equilibrada.

Entendi, que Borba, presentemente, tem mais condições para fazer este evento que Santiago Rio de Moinhos. Nas reuniões com os queijeiros de Rio de Moinhos, dos cerca de catorze existentes, apareceram quatro ou cinco. Os expositores existentes no evento foram dezoito. O restaurante que participou foi do Redondo (Joaquim dos Leitões), porque os restaurantes de Borba, que demonstraram interesse em participar no evento, não tinham disponibilidade para essas datas.

A data deste evento terá de ser alterada, para que a participação das pessoas seja mais ativa. Penso que a data pode ser importante para um maior sucesso deste evento.

Em 2020 a Feira do Queijo/Queijo e Sabores, será feita em Santiago Rio de Moinhos, porque existe um projeto para a construção de um pavilhão, participado em cerca de cinquenta mil euros, o qual terá utilização a nível cultural e desportiva (...)".



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

O membro **Carlos Bacalhau** salientou, “o alerta que tinha sido feito na Assembleia de novembro, para o problema que se tinha levantado com a questão dos restaurantes na Festa do Vinho e da Vinha, ou seja, o processo tinha sido mal conduzido pelo senhor Presidente de Câmara (...), e como quando fazemos algo, com o tempo vamos sofrer as consequências, e agora talvez tenha sido uma dessas consequências. Convidaram-se algumas pessoas sem se fazer concurso, e agora essas pessoas não puderam e as outras disseram não”.

PONTO DOIS PONTO TRÊS: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O **Presidente da Câmara Municipal** realçou uma das atividades descritas, no documento distribuído a todos os presentes.

Reunião com o Ministro das Infraestruturas de Portugal no dia 2 de abril em Lisboa. Esta reunião vem no seguimento da Moção, entregue pelo PSD na sessão de dezembro da Assembleia Municipal, por causa da reconstrução da Estrada Municipal 255, antiga estrada N255. Nesta reunião foi debatido, também, a necessidade de reparação de várias estradas do concelho de Borba e na forma como será possível, arranjar verbas para esse efeito.

O **Vereador Quintino Cordeiro** usou da palavra para referir em relação às suas atividades, se houver alguma dúvida, esta aqui para esclarecer.

Seguidamente, aproveitou a oportunidade e respondeu ao membro Vanda Godinho, no que respeita às reuniões com os Presidentes de Junta de Freguesia. “(...), as reuniões com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia ou com os seus representantes estão e sempre estiveram de pé, basta existir uma chamada de qualquer um dos Presidentes, independentemente da hora, eu estou lá para os atender. Optamos, por esta situação porque entendemos ser melhor para todos.”

O **Vereador Joaquim Espanhol** usou da palavra para referir que em relação às suas atividades, estão no documento de apoio, se houver algumas dúvidas está aqui para esclarecer.

O membro **Jorge Pinto** desejou boa noite a todos os presentes e disse “(...), faço notar mais uma vez, que o relatório da atividade com catorze páginas, continua a ser um relatório omissivo da atividade da Câmara, com uma agenda com muitas reuniões e é um rolamento de algumas tarefas operárias, mas como relatório que se exige, não existe! (...), um relatório periódico de atividades deve fazer um acompanhamento dos avanços, das dificuldades, dos recuos, dos imprevistos e das justificações das situações que não se façam, por mais complexas (...). Foi aprovado no orçamento uma verba financeira de apoio complementar a uma candidatura da Junta de Freguesia da Orada, para recuperação da Casa do Povo. A candidatura foi aprovada por uma associação de desenvolvimento local, o mais difícil está feito, que é encontrar o dinheiro. Falta o Caderno de Encargos, pedido à Câmara em novembro, pela Junta de Freguesia, que é um trabalho

que um técnico fará entre dois dias e uma semana (...), e a Casa do Povo está fechada e a degradar-se, e não há uma palavra sobre isto neste relatório (...)."

Continuou, e realçou a falta de informação naquele relatório respeitante:

- Obra do pavilhão de Santiago Rio de Moinhos, "(como, quando é que essa obra é lançada? Em que fase é que está a sua preparação? Como é que estão as fontes de financiamento?)".
- Candidaturas, "(...) existe um conjunto de candidaturas a financiamentos comunitários, que se vão perder, porque os regulamentos têm prazos de seis meses para iniciarem as obras, algumas delas foram consignadas há mais de seis meses e ainda não se iniciaram, o quadro está numa fase de reestruturação e de repescagem dos dinheiros que não foram executados, e não há neste relatório uma única palavra sobre o processo de desenvolvimento, daquilo que é o principal da atividade física do município nesta matéria".

Referiu "(...) em termos políticos (...), eu solicitei à Câmara, através da Senhora Presidente da Assembleia, que de forma muito diligente me fez chegar estes documentos que lhe pedi no dia 24. Estes documentos são da maior importância, e deveriam fazer parte do relatório do município, quanto à sua apreciação política e determinante face às decisões que este órgão tomou, e que a Câmara Municipal concordou. Eu, pergunto aos membros desta Assembleia que deveriam estar informados (...), quanto é que o Município de Borba vai receber para tratar os espaços verdes do Centro de Saúde? Esta informação existe! Foi recebida pela Câmara Municipal! Deveria ter sido objeto de apreciação pública da Câmara Municipal e deveria fazer parte do relatório. Este documento deveria ter sido objeto de apreciação na Câmara, de tomada de posição, e de divulgação.

No que respeita à Escola, a verba toda junta é capaz de não estar tão miserável, seiscentos e oitenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e seis cêntimos, mas fazendo as contas, Borba vai receber por dia para as refeições escolares cento e oito euros e cinco cêntimos por dia, para dar de comer àquelas crianças todas". De seguida afirmou "(...), este documento deveria fazer parte da atividade da Câmara Municipal, do relatório do Senhor Presidente a esta Assembleia, isto é que é prestar contas (...)."

Seguidamente, perguntou ao Senhor Presidente sobre "(...), o ponto de situação de cada uma das candidaturas de financiamentos comunitários (...). Qual o grau de perigosidade de se perderem? Quando é que os concursos são lançados? Que tipo de concurso são feitos? Quais as perspetivas de arranque para outros, porque há neste momento novos processos em desenvolvimento nesta matéria".

O Presidente da Câmara Municipal respondeu: "Obra da Casa do Povo da Orada - a Câmara participou esta obra em cerca de catorze mil euros e estamos (Câmara) a dar apoio técnico.

O Pavilhão em Rio de Moinhos - candidatura aprovada, com um investimento total de cerca de cento e cinquenta e nove mil e novecentos euros. Recebemos do estado português, cerca de cinquenta mil duzentos e trinta e nove euros. Se tudo correr bem, esta obra será iniciada depois das festas de Santiago (agosto/dezembro)".



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

A nível da descentralização de competências da Saúde e da Educação "(...), estamos a analisar esta situação ao pormenor, e em reunião de Câmara por um princípio muito básico, resolvemos não assumir a descentralização destas competências. A nível da Educação, Borba tem um contrato assinado com o Ministério da Educação desde 2009, no valor de seiscentos mil euros, onde há pouco para mudar, mas há muito para discutir".

Salientou, "(...), iremos lutar de uma forma muito humana, sempre com o intuito de defender BORBA e de resolver estes assuntos, para não perdermos serviços públicos, como tem acontecido noutros sítios".

Terminou a sua intervenção afirmando "(...), Jorge Pinto, existe uma coisa que tens de perceber, eu gosto muito da minha terra, e só irão lixar a minha terra, se passarem por cima de mim".

O membro Joaquim Veiga colocou algumas questões sobre o ponto de situação dos seguintes pontos:

- Estrada M255 – Borba /Vila Viçosa;
- Colocação de sinalização de trânsito nova e substituição da degradada em Borba;
- Reunião com as firmas sobre o PDM e PU de Borba;
- Lançamento da Obra escrita sobre a Estrada Real – Memórias de um Caminho entre Borba e Vila Viçosa – Município de Borba e Vila Viçosa financiam a obra;
- Reunião para análise da possibilidade de reativação da estrada Borba/Vila Viçosa.

A membro Mónica Baltazar fez um esclarecimento relativamente à Casa do Povo da Orada. "(...) houve um projeto aprovado cofinanciado a cinquenta por cento, em cerca de catorze mil euros, e para nos darem esse valor, nós precisávamos de ter os outros cerca de catorze mil euros, como a Casa do Povo não tinha esse valor, nós solicitamos à Câmara Municipal o apoio para os outros catorze mil euros e o pedido foi aceite. O projeto foi aprovado e em dezembro passado, pediu-se à Câmara que fizesse o caderno de encargos, o qual ainda não temos na nossa posse. As coisas arrastam-se, temos a Casa do Povo fechada desde dezembro, e lamentamos que isto esteja a acontecer."

O membro Jorge Pinto disse "(...), a dignificação e o respeito por esta Assembleia e o respeito pela Câmara, exigem que nós aqui venhamos a discutir não questões que são feitas com profissionalismo (limpar bermas...), mas para analisar os pilares essenciais de desenvolvimento deste concelho no seu plano de atividades. Quando trouxe aqui a situação da Casa do Povo da Orada, sabia exatamente que o pedido tinha sido feito em dezembro, e sei que as ADL'S estão bastante congestionadas no seu controlo porque ao fim de seis meses ficam em perigo, com muito maior pressão da CCDR de terem de fazer cair os projetos. Portanto, ou há financiamento ou à caderno de encargos nos próximos quinze dias, para lançar a obra, ou o projeto da Orada cai, e os catorze mil euros ficam a sobrar na Câmara e a obra fica a faltar na Orada (...)".

Continuou "(...), quando referi o conjunto de candidaturas (...), basta ver no parecer dos Revisores Oficiais, que alertam de o perigo deste município vir a perder centenas de milhares de euros por não se executarem obras que estão aprovadas. E, sobre isto não há uma palavra sobre a matéria. Quando pedi estes



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

documentos, é para que a gente saiba, que o Centro de Saúde da Borba, mais a extensão de Orada e de Rio de Moinhos, vão ter de funcionar, se a Câmara não meter lá os “cordões”, com um funcionário. O que está previsto em matéria de descentralização, é descentralizar um funcionário a tempo inteiro para os três edifícios (...).”

Realçou “(...), são estas a matérias fundamentais para esta Assembleia discutir (...)”.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu e informou os membros:

- Mónica Baltazar, “(...) o assunto do caderno de encargos da obra da Casa do Povo da Orada, será resolvido no prazo devido, para que a obra possa arrancar”.

- Joaquim Veiga, “(...) a reunião com o senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, teve como ponto principal a estrada de Vila Viçosa. Depois de ser resolvido o assunto da investigação, que decorre, será objeto de apreciação a reconstrução da estrada ou a sua utilização para passeios pedestres (passadiços)...”.

- Relativamente ao Dr. Tiago Salgueiro, “(...) é um historiador, que pertence à Casa de Bragança, e pediu ao Município de Borba, uma participação no valor de seiscentos e vinte e cinco euros, para o lançamento da obra escrita “A Estrada Real - Memórias do caminho entre Borba e Vila Viçosa”. O que ficou acordado nessa reunião foi que o Município de Borba cedia seiscentos e vinte e cinco euros e o Município de Vila Viçosa, cederia os outros seiscentos e vinte e cinco euros”.

- PDM e PU, “(...) em junho de 2020, termina o prazo para se fazerem a revisão aos PDM, e nós temos feito reuniões nesse sentido. Como, eu disse já algumas vezes, Borba está cheia de “espartilhos”, e ao fazermos esta revisão, talvez consigamos melhorar a situação”.

- Pagamento às famílias das vítimas da derrocada, “(...) não sei se o Estado já pagou às vítimas, mas pode o Senhor ficar descansado, se algum familiar se deslocar à Câmara de Borba a pedir ajuda, decerto que a vai ter, e será comunicado a esta Assembleia todo o processo.

Nas reuniões que tive em Lisboa com o senhor Secretario de Estado da Proteção Civil, discutimos os valores que a Câmara pagou às empresas locais, dos serviços que prestaram na derrocada da estrada M255, e dos valores que o Estado tinha que pagar. O Estado só assumiu pagar esses valores passados quatro meses”.

- Jorge Pinto, “(...) nós estamos a olhar e analisar os números que o Governo nos forneceu, com muita atenção, para depois tomarmos a nossa decisão”.

O Vereador Joaquim Espanhol informou “(...) o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Orada, pediu-me para interceder junto dos serviços da Câmara, para se fosse desenvolvido o Caderno de Encargos, para a obra da Casa do Povo da Orada (...), na altura eu referi que tínhamos muitos processos avançar de candidaturas do município (...), e que demoraria algum tempo. Comprometo-me aqui, de no prazo de quinze dias nos entregarmos o Caderno de Encargos”.

No que respeita à sinalização, respondeu ao membro Joaquim Veiga “(...) estamos a substituir a sinalização degradada por nova. Do último levantamento que fizemos tínhamos cerca de cento e cinquenta



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

sinais, para serem substituídos, mas a verba que tínhamos era para sessenta e são esses sessenta que estamos a substituir”.

O membro Jorge Pinto salientou “(...), senhor Presidente, eu não pus em causa, que a Câmara não estivesse a trabalhar e a estudar as matérias. O que eu pus em causa, é que a Câmara Municipal, está obrigada por lei a prestar contas a esta Assembleia. Não é um favor, é uma exigência desta Assembleia, em respeito por aqueles que aqui estão eleitos (...).

No final do ano eu fiz uma pergunta/afirmação, que tem que ver com o seguinte: em janeiro de 2018, foi publicada uma nova lei sobre os direitos de tarifário social automático para quem beneficiasse de um conjunto de situações que estão tipificadas na lei e cujo o cadastro dessas pessoas tem de ser solicitado à DGAL (...). Senhor Presidente, pergunto se foi colocado na base da DGAL, o pedido de solicitação dos munícipes que têm direito ao tarifário social? Esse tarifário está aplicado? Quantos são os cidadãos que constam dessa lista? Qual o efeito financeiro dela? Se a todas elas disser que sim, como é que é possível a Câmara Municipal o estar a fazer, quando na altura própria, aqui referi, que só era possível fazê-lo após a revisão dos respetivos regulamentos, cuja a competência, não compete à Câmara Municipal, mas a esta Assembleia. E, até hoje os regulamentos de alteração dos tarifários em matéria de água, saneamento e resíduos, não vieram a esta Assembleia (...).”

O Presidente da Câmara Municipal respondeu ao membro Jorge Pinto “(...), o regulamento do Município de Borba, anterior a janeiro de 2018, já contemplava as tarifas sociais para o serviço de água. Depois de ter saído esta lei do tarifário social (Decreto-lei 147/2017- 5/12/2017), os serviços reuniram e entendeu-se que estava tudo previsto em termos legais, no regulamento em vigor, que beneficiasse as pessoas. O regulamento a que me refiro, veio à Assembleia Municipal, e foi aprovado pela a ERSAR”.

O membro Joaquim Veiga usou da palavra e solicitou os seguintes esclarecimentos:

- “(...), este relatório de Atividade é da Câmara ou do Município?
- Estrada de Vila Viçosa, o que é que está neste momento resolvido, sobre este assunto?
- A nível da sinalização, existem ruas em Borba, em que o trânsito é proibido e não existe lá sinal nenhum (...).”

Referiu que as pessoas querem a estrada M255, reposta, e utilizou a expressão “(...) quem a derrubou que a ponha lá (...)”. Continuou “(...) a questão da viúva de uma das vítimas da derrocada, que apareceu nos meios de comunicação social a dizer que não tinha dinheiro para comer, foi colocada aqui para que se encontrasse uma resolução para esse problema. Talvez, esses seiscentos e vinte e cinco euros, que serão dados para a obra escrita do Dr. Tiago Salgueiro, fossem úteis para a senhora”.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu “(...), da reunião que tive com o senhor Ministro das Infraestruturas, uma das hipóteses que ficou para a resolução do problema da estrada M255, seria a construção de uma ponte ou então uns passadiços, mas isto são só hipóteses (...).”

O Vereador Joaquim Espanhol pediu ajuda ao senhor membro Joaquim Veiga, para localizar as ruas em que não existe sinalização de sentido proibido.

O membro Joaquim Veiga disse ao senhor Vereador Joaquim Espanhol que mais tarde lhe respondia.

Seguidamente, referiu "(...) toda a gente sabe, o que é que aconteceu ali na pedreira, toda a gente sabe, que a pedreira foi chegando até estrada, até que caiu a estrada. quem é o culpado não me interessa! Agora que aquilo se passou assim, passou! A pedreira foi avançando, avançando, no próprio dia em que caiu, estavam na direção da estrada a tirar pedra, já a três, quatro ou cinco metros, e iam tirar ainda mais, iam chegar ao limite do poderem (...). Portanto, não há aqui drama nenhum, nem me estou a referir a culpados (...), estou só a dizer, que quem a derrubou, porque alguém a derrubou, que a reponha! Agente não quer passadiços, nem pontes! É extremamente barato repor a estrada como ela estava (...)"

Relativamente, ao relatório financeiro, sugeriu, "a colocação no mapa da página 1, de uma coluna entre o orçamento e as receitas cobradas, com o orçamento por trimestre para que seja mais rápido o acesso à comparação entre as receitas cobradas e o orçamento, para saber como é que estão a evoluir as receitas cobradas, relativamente ao orçamento disponível para o mês em análise (...). Essa coluna permite comparar a receita e a despesa de um mês, relativamente ao orçamento destinado".

O membro Luis Alexandre desejou boa noite a todos os presentes e disse relativamente à E255 – Borba/Vila Viçosa "(...), o Estado ainda não assumiu a culpa deles e estamos a querer que a Câmara assuma a culpa, sem a ter, isto ainda não transitou em julgado, (...). Apoio às famílias, claro que tem de ser prestado, mas a Câmara não tem de saber se as pessoas passam dificuldades ou não!

Nós estamos aqui há seis anos! O avanço das pedreiras para o lado da estrada não começou há seis anos. Quem é que cá estava antes? De quem era a obrigação, antes da estrada passar para estrada municipal? Depois, de passar para estrada municipal, quem é que teria de fiscalizar? (...). Penso, que devemos ter respeito pelas famílias enlutadas (...), e respeito pelos vivos, e não podemos agarrar nos vivos e fazermos uma guerra (...). Se as famílias enlutadas, têm problemas, vamos ao encontro delas, para tentarmos resolver o que for possível. Peço, à Câmara de Borba que mande um técnico falar com a senhora da reportagem, para ver o que é que ela necessita da Câmara de Borba (...)"

O membro Jorge Pinto disse "(...), Senhor Presidente se o Senhor é mal informado pelos serviços, aí sim, a responsabilidade é sua, mas eu reitero o que disse "não pode estar em vigor, o Tarifário Social", e vou explicar porquê. Primeiro, um regulamento tem de ter subjacente uma lei habilitante. O Decreto-lei que habilitou o novo regime do tarifário social, foi publicado no dia 5 de dezembro de 2017, e diz expressamente, que a competência para a adesão ao tarifário social é da Assembleia Municipal. Até hoje, a proposta de deliberação a esta Assembleia Municipal ainda aqui não veio.

Mas, vejamos o conjunto de incongruências, que existem relativamente a esta matéria. Diz, o Regulamento Municipal a que senhor Presidente fez alusão, no seu artigo 104, que têm direito ao tarifário

B
E

D



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

social, um conjunto de cidadãos que estejam abrangidos, por um conjunto de rendimentos, entre eles por exemplo o 1º escalão do abono de família, só que o Decreto-lei alterou esta matéria, e diz que todos os cidadãos que têm direito ao abono de família, têm direito ao tarifário social (...). E mais, a lei refere que o acesso ao tarifário social é automático, isto é, a lista publicada fornecida pela DGAL à Câmara Municipal, têm lá o número de contribuinte dos cidadãos e todos os anos essa lista é republicada, por solicitação do município e o acesso é automático. A Câmara Municipal não tem poder, depois da deliberação da Assembleia Municipal, dizer que há tarifário social, de dizer ou de comprovar ao contrário (...)"

Seguidamente, aconselhou o senhor Presidente a informar-se melhor, porque existem várias incongruências no regulamento em vigor, o qual não está conforme o Decreto-lei. "(...), não quero, que amanhã numa inspeção ao Município de Borba, se venha a dizer que os tarifários sociais, de que as pessoas beneficiaram e bem, venha a ser considerada ilegal e tenha responsabilidade financeira sobre os cinco eleitos da Câmara Municipal, porque não os submeteram a uma matéria (...). Reitero, neste momento, se há a prática do tarifário social no Município de Borba, é ilegal, e não temos o confronto de saber se todos os cidadãos que a ele têm direito e que resultam da conjugação da lista, que há pouco perguntei e não tive resposta, se foi solicitada à DGAL essa informação de quantos são, e se sobre eles está, ou não, a ser praticado, e se sim, com que legitimidade, porque uma vez a esta Assembleia Municipal, não foi presente o regulamento".

O Presidente da Câmara Municipal agradeceu ao membro Jorge Pinto a sua ajuda e disse "(...), na devida altura, falei com quem tinha que falar, no entanto vamos avaliar o assunto novamente e depois numa próxima Assembleia informarei todos os membros".

Relativamente à EM255, disse "(...), eu não vou discutir culpados, enquanto este processo estiver a ser investigado, mas terá de haver a coragem de falar as coisas no sítio certo, e não arranjar culpados, só porque sim (...). Qualquer homem, mesmo que valha pouco, põe tudo aquilo que diz e aquilo que faz, no mínimo que faz ou no que diz."

A Presidente da Assembleia Municipal disse ao membro Joaquim Veiga "(...), terei todo o prazer em lhe dar a palavra, mas peço-lhe que terminemos aqui o assunto da derrocada da estrada (EM255), porque esse assunto está nos tribunais, e são os tribunais que vão resolver essa situação. Quando o assunto estiver resolvido, voltaremos, novamente, caso assim os senhores membros desta Assembleia o entendam, ou o executivo desta Câmara, a falar sobre o assunto (...). O que está aqui a acontecer é uma mera troca e palavra que não leva a lado nenhum (...)"

O membro Joaquim Veiga disse ao membro Luis Alexandre que "(...), quem levantou aqui o problema da estrada foi a Câmara, pois no relatório de atividades que nos foi distribuído vinham quatro pontos sobre a estrada. Eu só apenas, me referi aos pontos que estavam no Relatório da Câmara. Eu sou solidário com os que vierem a ser culpados, porque isto foi um acaso da natureza, provocado por outros motivos. O que eu disse foi que quem derrubou a estrada que a reponha, não disse para procurarem culpados. Eu

concordo com a proposta, que um técnico da Câmara procure saber o que se passa com a senhora da reportagem televisiva”.

Seguidamente, disse à Senhora Presidente da Assembleia que lhe faria chegar, um documento que antigamente era distribuído pelos membros da Assembleia, das remunerações e abonos dos eleitos, quando da aprovação do orçamento.

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à Ata n.º 2 da Sessão Ordinária de 22 de fevereiro de 2019;

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo inscrições, colocou a ata a votação, tendo a mesma sido aprovada com 16 votos a favor (dez votos dos eleitos do MUB, quatro votos dos eleitos do PS, dois votos dos eleitos do PSD).

De acordo, com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros; Mónica Sofia Generoso Baltazar; Carlos Manuel Ganito Bacalhau; Jorge Manuel de Oliveira Pinto.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apreciação e Votação da Proposta de Documentos de Prestação de Contas 2018 e de Inventário 2018 dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município;

O Presidente da Câmara Municipal referiu “(...), este documento espelha tudo o que feito por este executivo, assumimos naturalmente o que fizemos e cada um de vós dirá o que entender (...), e será aproveitado em prol do Município de Borba”.

O membro Nelson Gato realçou dois ou três aspetos do documento, e são eles os seguintes:

- “O Resultado Líquido negativo, passou de catorze mil euros, para trezentos e dezanove mil euros negativos. Estamos a crescer, num mau sentido!
- O acréscimo do peso das despesas com o pessoal. As despesas com o pessoal que representavam no ano anterior cerca de trinta e quatro por cento, passaram a representar quarenta e três por cento. Significou um acréscimo de mais de quinhentos mil euros.

Se olharmos para o Resultado Líquido, e se olharmos para a influência que as amortizações poderiam ter nesse resultado líquido, e as amortizações, porquê, porque significava que havia obra, que havia aquisição, que havia equipamentos (...), as amortizações estão a subir, daí o resultado líquido estar negativo, mas não é verdade! Efetivamente as amortizações subiram, mas, dez mil euros, com o acréscimo do resultado



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

líquido de mais de trezentos mil euros negativos. O que significa, que sem obra, o que aumentou foi a despesa (...)."

Acrescentou "(...), os aspetos positivos da Prestação de Contas, dos últimos anos, foi que deixamos de ter os orçamentos virtuais e irrealistas que tínhamos no executivo anterior do PS, com orçamentos de quarenta milhões (...). Passamos a ter melhores execuções, porque temos orçamentos realistas. O PAEL, veio trazer orçamentos realistas aos municípios, nomeadamente aqueles que precisaram dessa intervenção".

O membro Jorge Pinto disse "(...), a conta diz de facto o que se fez, quanto se gastou, mas deveria dizer no seu relatório, o que não se fez e fundamentar porque é que não se fez (...).

Duas notas apenas:

- Uma, a redução da dívida do essencial bancária perto de setecentos mil euros, está acompanhada de uma essencial paralisação no que diz respeito à atividade (...);
- A redução em cinquenta e oito mil euros, da dívida normal dos utentes (...), mas depois existem outros que se englobam na dívida de cobrança duvidosa, que cresceu quarenta e cinco por cento, cerca de cento e quarenta mil euros, e onde não há uma única referência no relatório, sobre medidas tendentes à sua boa cobrança".

A membro Vanda Godinho salientou que as suas dúvidas em relação ao documento em apreciação eram mais técnicas.

"Na página 21, Relatório às Demonstrações Financeiras – porque é que aparece aqui o Resultado Líquido negativo no valor de trezentos e dezanove mil euros? Depois existem aqui Proveitos e Ganhos Extraordinários, no montante de seiscentos e cinco setecentos e quarenta euros, ao que é que se referem estes Proveitos e estes Ganhos Extraordinários? Na página 29 – Outros Credores, com o valor de cento e cinquenta oitocentos e trinta e sete euros, resultante dos encargos com a aquisição do Palácio Alvarez".

O membro Joaquim Veiga salientou, "o aumento com o pessoal em cerca de quinhentos mil euros desde 2017, o qual se vai refletir nos próximos anos. Este valor representa cerca de metade do valor das receitas. O Resultado Líquido negativo é prejuízo (...)."

Referiu, que o mapa que contém as dívidas das pessoas ao município, não deveria ser divulgado, segundo as normas em vigor, "segundo a minha opinião não é admissível. Gostaria de saber como é que a firma Borconstrói, aparece aqui como devedora, e o meu contabilista diz que desde 2014, que está tudo liquidado e está aqui o documento que comprova".

Referiu algumas das pessoas e empresas devedoras do Município, que estavam mencionadas naquela lista.

No que respeita ao relatório dos Revisores Oficiais de Contas, disse, "(...), está um relatório muito bem feito, mas é para quem não sabe, porque a maior parte das pessoas que lê este relatório, não têm formação na área (...), está muito bem feito, mas foge aqui a pontos, como por exemplo ao ponto do prejuízo, do tal líquido negativo (...). Eu vou votar contra, porque eu não concordo que esta lista seja metida numa

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

coisa destas. Nem concordo, que mil quatrocentas e quarenta pessoas sejam submetidas a uma situação destas (...)."

Realçou "(...), se for preciso para facilitar, estas pessoas que devem as quantias irrisórias, de três, quatro, cinquenta cêntimos (...), formam a quantia total de cerca de cem euros, e como eu não recebo a senha de presença, autorizava a Câmara Municipal a utilizar o valor do meu subsídio da senha de presença, para pagar estes cem euros destas pessoas e tirar o nome deles, daqui da lista".

O membro Luis Alexandre enalteceu todo o trabalho feito pelo executivo desde que está na Câmara, juntamente com os técnicos do Município. "Este orçamento está a preparar-nos para o investimento (...). Por outro lado, a despesa com pessoal, também pode ser considerado investimento em pessoal, uma vez que os recursos humanos também são necessários para o desenvolvimento de alguns projetos. Este orçamento, é um ponto de partida para os investimentos que pretendemos fazer no concelho. Serão investimentos realistas e não megalómanos. As palavras finais dos Revisores Oficiais são muito explícitas, no ponto de dizer que é este o caminho que nós devemos traçar e que caminhar".

O Presidente da Câmara Municipal disse concordar com a intervenção do membro Nelson Gato, no que respeita ao PAEL. "O PAEL, obrigou-nos a ser sérios, realistas, a fazer obra consoante as possibilidades e a pagar. A nossa opção de investimento foi a nível do pessoal, nós entendemos que o pessoal era um fator extremamente importante, o que não impede de outros entenderem que esta opção não foi a mais correta.

Reconheço, que em termos de investimento pouco ou nada fizemos em 2018. Mas nós fizemos uma coisa muito simples, equilibrámos as contas deste Município. Conseguimos sair do PAEL, neste momento somos um Município respeitado.

Dentro de pouco tempo, o investimento irá começar a aparecer. Neste momento, temos doze projetos aprovados e não podemos avançar com mais projetos, porque temos uma taxa de execução baixa. No entanto, iremos a avançar com os projetos aprovados, de uma forma ponderada e equilibrada. Toda a equipa do executivo, quer o melhor para o seu concelho, independentemente das suas convicções políticas."

Terminou a sua intervenção realçando "é um documento técnico, não vou discutir, assumimos aquilo que fizemos, fizemo-lo porque entendemos que era bom para o nosso concelho, naturalmente, lamento a falta de investimento (...)."

O chefe de Divisão António Passinhas desejou boa noite a todos os presentes e de seguida respondeu às questões técnicas apresentadas pelos membros:

- Vanda Godinho, "(...), eu entendo que como técnico não me posso manifestar sobre nenhuma palavra do que está escrito num relatório da Sociedade dos Revisores Oficiais de Contas. (...), eles estão a certificar a nossas contas. Eles fazem um trabalho em cima daquilo que nós fizemos. Eu pronunciar-me sobre um trabalho que faz uma empresa que é contratada pela Câmara para um serviço externo, que se pronuncia sobre o que nós fazemos, (...), não faz sentido nenhum. A empresa tem todo o direito de se manifestar sobre



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

o que nós fazemos, mas nós não nos podemos manifestar sobre o que eles escrevem, porque eles são externos ao município, só por isso.

Relatório Líquido do Exercício, nós não somos uma empresa privada, temos um objetivo diferente do lucro (...), no entanto, ter prejuízo também não é bom e não nos ajuda em muita coisa. O objetivo do Município não é obter lucro, não é essa a nossa função.

Proveitos ou Ganhos Extraordinários, são abordados todos os anos, devem ser ganhos em existências, ganhos em mobilizações, juros de mora, transferências de capital obtidas, e correções de anos anteriores. Há de ter descido na ordem dos centos e cinquenta mil euros de 2017 para 2018 (...), em função pelo menos da diminuição de receitas recebidas de projetos financiados por fundos comunitários.

Palacete Alvarez, foi uma doação com encargos ao município. A dívida de curto prazo, é que nós esperamos ter que vir a pagar no próximo ano. A dívida de médio e longo prazo, é aquela que ultrapassa o próximo ano (...).

- Joaquim Veiga, "os custos com pessoal são mais elevados e estão justificados. No relatório fala-se que é motivo de preocupação serem elevados, mas de qualquer forma, é uma opção do Município.

Resultado Líquido Negativo, seria o prejuízo (...). A aplicação do prejuízo vai para o resultado dos transitados do ano que só tem reflexos no ano seguinte.

O Mapa de dívidas a receber, não é nada novo deste ano (...), apresentado apenas com alterações nos montantes, nos contribuintes (...), desde 2011.

Relativamente, ao que referiu, eu reconheço que há municípios que têm formas diferentes na apresentação do mapa. Este mapa precisa de ser muito bem verificado e analisado. Os documentos só poderão ser anulados pela Câmara Municipal (...).

A Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário, uma vez que atingiram a meia-noite, se concordam ou não, na continuação da sessão da Assembleia. O plenário concordou na continuação da sessão da Assembleia Municipal.

O membro Jorge Pinto disse "(...), a lei dos compromissos obriga à divulgação das dívidas em atraso, mas também refere que a situação de dívida, dos cidadãos a nível individual, pode ser colocada de forma agregada, e que das empresas só são obrigatórias de forma discriminada acima dos de cinco mil euros".

Seguidamente, referiu que aquele relatório continha algumas gralhas, dando como exemplo a dívida do IVA da Autoridade Tributária (...). "Existem dívidas que não são dívidas, porque a lei as manda prescrever. Dívidas, com mais de seis meses de serviços essenciais, como a água e o saneamento, são prescritas (...). Portanto, existem dívidas, aqui neste relatório que têm de ser retiradas, porque o cidadão não está obrigado a pagá-las.

Preocupa-me, o valor de quarenta mil euros referente ao Imposto Automóvel que está aqui mencionado.

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

Para mim, os dois aspetos negativos deste relatório, para uma taxa global de mais de noventa por cento de execução, a sua execução está nos cinquenta por cento nas receitas de transferência de capital que só vêm quando se fazem obra. Mas como o grau de execução de obra ficou a quarenta e cinco por cento, ficámos sem “o saco e o atilho”.

A membro Vanda Godinho referiu o porquê de ir votar contra a Prestação de Contas, através de declaração de voto oral, que seguidamente se transcreve:

“Nenhum membro desta Assembleia defende contas públicas desequilibradas. Agora bem diferente são as contas públicas e neste caso contas do município sustentáveis. Realçamos o aspeto da redução da dívida a terceiros. Mas, por outro lado, o equilíbrio financeiro não pode ser feito às custas da paralisação do concelho, que já acontece há vários anos.

Não podemos deixar de alertar, novamente, para uma situação em que o concelho se encontra a definhar a olhos vistos sem que nada aconteça. Nem obras, nem investimentos, nem medidas que se traduzem em melhorias na vida coletiva dos borbenses.

Para quê apregoar a sustentabilidade e a capacidade de endividamento que a Câmara tem? Se nada de relevante acontece neste concelho, desde 2013?

Ora, baixamos a dívida em cerca seiscentos e setenta e cinco mil euros, continuando com o concelho parado, sem investimento privado e sem a ajuda do possível investimento público que o município tinha obrigação de fazer.

Mais se agrava ainda a situação se pensarmos que, a essa redução da dívida de seiscentos e setenta e cinco mil euros tem a contrapartida de ser acompanhada por um aumento em despesas com pessoal de cerca de quinhentos e vinte mil euros, o qual resulta, em parte, pela criação de cargos de chefia e coordenação criados por este executivo, e encargos com as empresas de trabalho temporário.

A título de exemplo, bastavam quatrocentos e cinquenta mil euros em projetos financiados a oitenta e cinco por cento para conseguirmos investimentos para o concelho superiores a três milhões de euros. Mas a tudo isto acresce ainda a ridícula taxa de execução dos projetos já candidatados que deveria fazer corar de vergonha qualquer responsável político.

Face à inércia completa deste executivo, os eleitos do PS votam contra a prestação de contas da autarquia.

Os eleitos do PS.”

A Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação (interrompida)

O membro Jorge Pinto disse “(...) a Assembleia não tem competência para aprovar os documentos, mas sim para os votar e apreciar”.

Seguidamente foi feita uma alteração à redação do ponto em discussão, que passa a ser:

“Apreciação da Proposta e votação de Documentos de Prestação de Contas 2018 e de Inventário 2018 dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

Foi proposta e aprovada por **unanimidade** uma **alteração à ordem do dia**, para a inclusão do seguinte ponto: **Aprovar a Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano**, o qual passa a ser o **ponto 3.6.**

A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o documento em discussão, tendo o mesmo sido **aprovado, por maioria com onze votos a favor (dez eleitos do MUB e um eleito da CDU), seis votos contra (eleitos do PS) e duas abstenções (eleitos do PSD)**, apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas 2018, bem como o Inventário 2018 dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município.

O **membro Jorge Pinto** apresentou declaração de voto oral, que seguidamente se transcreve:

“O voto favorável da CDU, espelha-se por a conta corresponder à verdade daquilo que se passou, embora com omissões no relatório, relativamente ao não espelhamento de responsabilidades daquilo que não foi feito e das causas que o não foi. Não tem reparos técnicos, e é um documento iminentemente técnico, no que diz respeito à conta e por isso voto favorável, não deixa a apetência e a crítica política, da discordância do rumo como as coisas foram prosseguidas.”

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Proposta de 1ª Revisão ao Orçamento de 2019 (1ª Revisão ao Orçamento da Receita da Despesa, do Plano Plurianual de Investimento e do Plano de Atividades Municipais);

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou “(...), esta proposta de Revisão, tem de a ver com o investimento nos projetos que temos programado fazer no concelho. São cerca de duzentos e catorze mil euros, que vêm reforçar os seguintes investimentos: Polidesportivo de Rio de Moinhos (para o ano de 2019); Loteamento Urbano em Rio e Moinhos (para o ano de 2019); Viveiros de Empresa (para os anos de 2020/2021); Plano Diretor Municipal (para os anos de 2019/2020); Operação de Reabilitação Urbana e o Plano Estratégico da Habitação Local (para os anos de 2019 e 2020). Este valor é fundamental para iniciarmos aquele trabalho que entendemos ser necessário e bom para o concelho (...). Iremos fazer esse trabalho de uma forma muito objetiva, equilibrada, sem responsabilizar quem vem a seguir. Quem vier a seguir irá apanhar uma Câmara muito equilibrada, tranquila e com possibilidade de investir (...)”.

O **membro Joaquim Veiga** disse “(...), depois de termos aqui falado muito, no custo dos trabalhadores, na despesa com o pessoal, verificamos que, com tantas necessidades que há na população (...), no concelho, verificamos que existe um reforço de mais cem mil euros, propostas nesta revisão, com o qual não se concorda”.

A **membro Vanda Godinho** disse que a posição do PS, dá continuidade à tomada de posição do ponto anterior, apresentou a declaração de voto, que seguidamente se transcreve.

“Declaração de voto

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

Face à ausência de uma estratégia estruturante que vise o desenvolvimento do concelho e melhore as condições de vida da população, bem como a rejeição de todas as propostas de alteração que o PS fez, os eleitos do PS votaram contra o Orçamento para 2019.

Ora, esta revisão orçamental volta a cometer o erro de prolongar de forma indefinida problemas concretos que necessitam de intervenção urgente da Câmara Municipal em infraestruturas que se estão a degradar.

Uma vez que não há vontade política da parte do executivo em que esta Revisão Orçamental colmate, de alguma forma, as lacunas já identificadas no Orçamento para 2019, o partido Socialista não tem alternativa a não ser votar contra.

Os eleitos do PS."

A Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com onze votos a favor (dez eleitos do MUB e um eleito da CDU), seis votos contra (eleitos do PS) e duas abstenções (eleitos do PSD)**, aprovar a proposta da 1ª revisão ao Orçamento de 2019, **bem como autorizar a Assunção dos Encargos Plurianuais**, previstos nos casos em que a LPCA assim o determine.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Acordo de Delegação de Competências entre o Município de Borba e a CIMAC;

O Presidente da Câmara Municipal explicou que através deste acordo, os utentes dos transportes rodoviários, a nível local e urbano, passam a ter redução nos passes.

O membro Joaquim Veiga referiu que este acordo tinha pontos positivos e negativos. "Um aspeto positivo, é a análise em conjunto da área geográfica do conjunto dos municípios do distrito de Évora (...). Um aspeto negativo, é a descentralização de competências, por exemplo ao licenciamento dos táxis (...). Eu, sou a favor da descentralização e sou contra a centralização."

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com onze votos a favor (dez eleitos do MUB e um do eleito da CDU) e sete abstenções (cinco dos eleitos do PS e duas dos eleitos do PSD) e um voto contra (eleito do PS)**, autorizar a celebração de contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e entidade Intermunicipal (CIMAC).

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal;

A Presidente da Assembleia Municipal disse "(...), a Mesa tem algo a informar aos seus membros que é o seguinte: (...), houve um erro informático, houve três membros que não receberam atempadamente



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2019)

os documentos que estão hoje aqui em discussão. Esses membros foram: o membro Paulo Ferreira, o membro Nelson Gato e o membro João Morgado (...). Estes membros só receberam os documentos hoje de manhã (...), mas permitiram que esta Assembleia se realizasse, porque estes pontos que foram discutidos até agora, foram a reunião de Câmara, e possivelmente, em reunião do grupo, o senhor Vereador passou a informação (...).

Mas, como a proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, é uma proposta exclusivamente da Assembleia, e eles não tiveram acesso a ela, a Mesa, tendo em conta esse facto o que tem a propor, é a retirada deste ponto para uma próxima Assembleia (...)."

Seguidamente, colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido **aprovada por maioria, com dezoito votos a favor (dez eleitos do MUB, cinco eleitos do PS, dois eleitos do PSD e um eleito da CDU) e um voto contra (eleito do PS), a retirada do ponto 3.5 da ordem e trabalhos.**

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Aprovar a Aplicação do Resultado líquido do Exercício do ano.

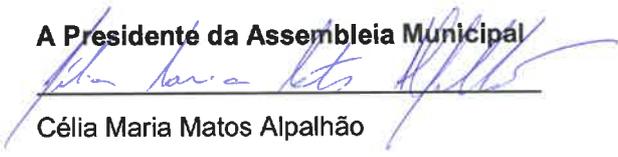
A Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com onze votos a favor (dez eleitos do MUB e um eleito da CDU), seis votos contra (eleitos do PS) e duas abstenções (eleitos do PSD), aprovar a aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano.**

Seguidamente, informou que iriam ser lidas em voz alta e votadas as **seis minutas** da ordem de trabalhos.

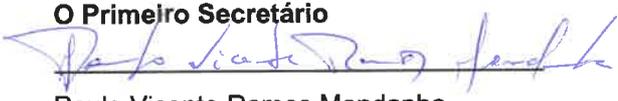
Colocadas a votação, as minutas foram **aprovadas por unanimidade dos presentes.**

Por não haver mais assuntos a tratar a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma hora e trinta minutos do dia vinte e sete de abril, da qual se lavrou a presente ata composta por vinte páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

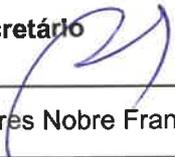
A Presidente da Assembleia Municipal


Célia Maria Matos Alpalhão

O Primeiro Secretário


Paulo Vicente Ramos Mendanha

O Segundo Secretário


Rui Miguel Tavares Nobre Franco